



Relatório de Atividades

2011

Índice

Enquadramento político, económico, social e sindical	3
As questões da Educação.....	4
1.Negociação	5
1.1. com o Ministério da Educação e com o Ministério da Educação e Ciência.....	5
1.1.1.Pessoal de Apoio Educativo do setor público	6
1.2. com o Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Camões.....	6
1.3. com o Ministério das Finanças e da Administração Pública	6
1.4. com AEEP, AEESP, ANESPO, UIPSS e UMP	7
1.4.1.Ensino Particular e Cooperativo	7
1.4.2. Instituições de Solidariedade Social e Misericórdias	7
1.4.3.Escolas Profissionais	8
1.5. Regiões Autónomas.....	8
2. Iniciativas político-sindicais	8
2.1. Ciclo de debates sobre a educação e o futuro	8
2.2. Preparação das eleições legislativas de 5 de junho.....	8
3. Departamento de Estudos e Pareceres (DEP).....	8
4. Relações institucionais nacionais e internacionais	9
4.1. UGT e FESAP	9
4.1.1. Reuniões de órgãos estatutários e outras iniciativas.....	9
4.1.2. Conselho Económico e Social (CES)	10
4.1.3. Reuniões com Entidades.....	10
4.1.4. Reuniões de coordenação entre sindicatos da UGT da área da educação	10
4.2. Órgãos de Soberania e Partidos Políticos	11
4.3. Conselho Nacional de Educação	11
4.4. Conselho Consultivo do Instituto Camões	12
4.5. AFIET	12
4.6. Representação em atividades dos membros da FNE	12
4.7.Outros parceiros nacionais.....	13
4.8. Relações internacionais	14
4.8.1. Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE).....	14
4.8.2. Outras atividades	14
5. Ação Social.....	15
6. Informação e Imagem.....	15
7. Organização interna.....	19

Enquadramento político, económico, social e sindical - 2011

O ano que agora termina teve uma palavra para o caracterizar e para definir o que política, social, económica e sindicalmente ocorreu ao longo do ano. E essa palavra foi a palavra crise.

Ao contrário do que tinham sido os votos que formulámos repetidamente ao longo do ano de 2010, a verdade é que os sucessivos PEC's (do I ao III) se revelaram ineficazes para responderem à grave situação deficitária em que o nosso País foi colocado, fruto de sucessivos (des)governos. Esses programas foram não só insuficientes como em larga medida incumpridos por parte de quem tinha assumido o compromisso de os levar a cabo.

Foi neste contexto que, reprovado o PEC IV na Assembleia da República, esta foi dissolvida e foram convocadas eleições para 5 de junho de 2011, das quais resultou um novo governo, assente numa maioria diferente da anterior e que foi empossado no final desse mesmo mês.

Entretanto, o anterior governo, com o suporte dos dois maiores partidos da Oposição da altura, tinha firmado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, um memorando de entendimento para suportar uma ajuda económica extraordinária que, para ser aceite pelos nossos parceiros internacionais, impôs um conjunto de medidas nos mais diversos domínios, todas no sentido de reduzir o nosso nível de endividamento e de flexibilizar o mercado do trabalho, e com consequências muito evidentes ao nível das expectativas de crescimento do desemprego e de graves dificuldades para o crescimento do PIB .

O novo governo apresentou na Assembleia da República um Programa de Governo com uma agenda política e social que de uma forma clara respondia aos compromissos assumidos naquele memorando de entendimento, mas que representava uma diminuição do grau de intervenção do Estado naquilo que se tem vindo a considerar como a base do Estado Social, ou seja, a Educação, a Saúde e a Segurança Social. A verdade é que o Programa de Governo ultrapassava, nesta linha, aquilo que eram os compromissos nacionais definidos pelo Memorando de Entendimento. Esta orientação foi ainda reforçada particularmente no Orçamento de Estado para 2012, o qual penalizou de forma excessiva os trabalhadores da administração pública e os pensionistas, mas que não deixava de fora a generalidade dos Trabalhadores.

Assim, no ano de 2011, foi particularmente gravosa na administração pública a imposição de uma redução salarial de 5%, e para a generalidade dos trabalhadores e pensionistas – do setor público e do setor privado - a imposição de um imposto extraordinário correspondente a quase metade do valor do subsídio de Natal.

A FNE acompanhou toda esta evolução e interveio no sentido de que a UGT e nela a FESAP conseguissem a força imprescindível para travar aquilo que era uma onda que parecia imparável de retrocesso nos direitos dos trabalhadores e nas condições de vida das pessoas.

Criticámos a ausência de políticas viradas para o desenvolvimento, para o crescimento e para a promoção do emprego. Apontávamos como essencial que se deixasse um discurso e uma prática que se esgotavam na austeridade e que ignoravam as alavancas do crescimento económico.

Norteou a nossa ação a convicção de que, não podendo deixar de se cumprir as metas e os objetivos definidos pelo Memorando de Entendimento, se impunha respeitar as pessoas, particularmente as mais frágeis, e garantir que as medidas a adotar respeessem o princípio da equidade na sua repartição.

De qualquer modo, e independentemente desta preocupação, a FNE discutiu nos seus órgãos estatutários a resposta adequada a todas as tentativas de pôr em causa condições de valorização e dignificação dos docentes que representamos. Foi neste contexto que considerámos essencial mobilizar os nossos sócios para duas importantes ações de protesto e

indignação: a **Manifestação Nacional da Administração Pública de 12 de novembro**, e a **Greve Geral de 24 de novembro**.

As questões da Educação

Num quadro tão difícil, as questões relativas à Educação sofreram o natural impacto de medidas que, sendo globais, atingiram todos os setores. A diminuição dos custos da Educação esteve assim na origem de muitas medidas que os dois governos em funções ao longo do ano de 2011 adotaram. Genericamente, a este nível, podemos concluir que todas as medidas tiveram como principal motivação a preocupação de reduzir despesas a todo o custo, definidas centralmente de uma forma distante da realidade, sem ter em linha de conta os contextos da sua concretização.

É certo que, com a entrada em funções do novo governo, foi possível conduzir um processo negocial que, iniciado em finais de julho, se concluiu em 9 de setembro com a assinatura de **um acordo relativo à revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes**. Foi uma vitória merecida para todos os que de forma persistente combateram os aspetos mais negativos do regime de avaliação de desempenho que, determinado em 2007, não conseguiu sobreviver a 2011.

O facto é que, tendo o novo Governo iniciado funções em finais de junho de 2011, revelou uma reduzida capacidade de tratamento de outras questões pertinentes da área da Educação, embora a FNE tenha pedido uma reunião com o novo Ministro imediatamente a seguir à sua posse, durante a qual apresentou o seu documento “Roteiro para a Legislatura 2011-2015”, que amplamente identifica as questões que consideramos deverem ter agendamento e resolução nos tempos mais próximos.

Assim, nas sucessivas reuniões realizadas, insistimos em múltiplas questões da atualidade sindical, para além de renovarmos as nossas preocupações sobre muitas matérias que carecem de correção.

Mas, para além desta via de insistência no quadro negocial, não deixámos de promover a denúncia de tudo quanto a justificava.

Neste quadro, toda a contestação que desenvolvemos não deixou de ter na mira a **redução dos elevados níveis de precariedade** que marcam a profissão docente no nosso país. A verdade, apesar de tudo, é que, não só não houve vinculação de contratados, como muitos destes, apesar de terem trabalhado muitos anos – mais de 10, nalguns casos – foram pura e simplesmente lançados para o desemprego.

Estes inaceitáveis níveis de precariedade foram ainda reforçados pela manutenção da orientação no sentido do não pagamento pelo MEC das **compensações por caducidade dos contratos**, em claro desrespeito por aquilo que a lei geral determina, o que mereceu o apoio jurídico do Sindicato a muitos docentes que, prejudicados, procuraram o nosso apoio.

Os concursos de docentes ficaram assinalados por situações que nos mereceram muitíssimas críticas e denúncias, colocadas nas mais diversas instâncias. Desde **o inadequado e às vezes ineficaz funcionamento da plataforma de concursos**, até à **discricionariedade** com que em muitas circunstâncias foram conduzidos os processos de seleção e colocação de docentes.

No final do ano, em 11 de dezembro, o MEC apresentou para debate público um documento base para a reorganização curricular dos ensinos básico e secundário, manifestamente caracterizado pela inconsistência das propostas que apresentava.

No setor privado, é de sublinhar **que terminou com acordo a negociação da revisão do CCT com a AEEP**. Foi uma negociação muito condicionada pelas particulares dificuldades que o País vive, mas que teve como preocupação dominante a preservação do emprego, só possível em condições de sustentabilidade das empresas promotoras dos estabelecimentos de ensino.

FNE 2011

O plano de ação aprovado para 2011 previa um conjunto de domínios de intervenção e de atividades, sobre os quais importa prestar contas.

1. Negociação

1.1. com o Ministério da Educação e com o Ministério da Educação e Ciência

No primeiro semestre de 2011, os encontros de trabalho e as negociações com o então ME tiveram como motivo, quer a avaliação de desempenho de docentes, quer as situações dos professores de português no estrangeiro, e ainda as múltiplas questões relativas aos trabalhadores de apoio educativo, e particularmente aos que estiveram envolvidos nos contratos de execução da transferência de competências para as autarquias na área da educação.

Com a entrada em funções do novo Ministério da Educação e Ciência, para além de este ter colocado na primeira linha a alteração do regime de avaliação de desempenho, pela parte da FNE houve a preocupação de definir 10 linhas de intervenção prioritária, para além de ter identificado as mudanças que pretende introduzir ao longo da Legislatura.

Para as sucessivas rondas negociais, as mesas de negociação foram tendo composição variada, de acordo com os temas da agenda. Participaram em mesas negociais com estes Ministérios, o secretário-geral, os vice-secretários gerais José Ricardo Nunes, Conceição Alves Pinto, Carlos Guimarães, Lucinda Manuela Dâmaso, Josefa Lopes, Sofia Ribeiro, Jaime Freitas, João Ramalho, Cristina Ferreira, Jorge Santos, António Sota Martins, Maria José Rangel

As reuniões ocorridas foram as seguintes:

Com o XVIII Governo Constitucional

13 de janeiro – Secretário de Estado da Administração Educativa (SEAE) – sobre a exigência de formação contínua para a progressão de docentes no exercício de funções sociais relevantes;

25 de janeiro – com SEAE – sobre os problemas dos trabalhadores de apoio educativo das escolas do setor público;

16 de fevereiro - Entrega ao Ministério da Educação do abaixo assinado “Carta da Indignação”;

25 de fevereiro - com SEAE – para definição das percentagens máximas para atribuição das menções qualitativas de muito bom e excelente.

Com o XIX Governo Constitucional

19 de julho – primeira reunião com Ministro da Educação e Ciência para apresentação das linhas de orientação para a revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes

29 de julho – reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes

23 de agosto – reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes

29 de agosto – reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes

29 de agosto – Reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – situação dos docentes do ensino português no estrangeiro

9 de setembro - reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – conclusão do processo negocial para a revisão do regime de avaliação de desempenho dos docentes

21 de setembro - reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – sobre o desenvolvimento dos concursos de docentes e particularmente das bolsas de recrutamento

19 de outubro - reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar - concursos; diploma revisão do regime jurídico e autonomia e gestão escolas

21 de outubro - reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – revisão do Estatuto da Carreira Docente

7 de novembro - Reunião com Ministro da Educação e Ciência – Orçamento de Estado e Educação

12 de dezembro – reunião com Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar - adequação do ECD ao novo modelo de avaliação e ajustamento de alguma terminologia ao quadro legal em vigor

Para além destas reuniões, e para desbloqueamento de algumas questões sensíveis, realizámos reuniões com a DGRHE, nomeadamente em 10 de fevereiro e 28 de setembro.

Constituíram-se grupos internos de trabalho temporários para a preparação de propostas e contrapropostas. Sublinha-se especialmente que o grupo de trabalho para a revisão de legislação de concursos teve a reunião de lançamento do seu trabalho em 7 de dezembro.

A 6 de dezembro fez-se a reunião de lançamento do grupo de trabalho para a revisão do estatuto do aluno e das situações de indisciplina na escola.

1.1.1. Pessoal de Apoio Educativo do setor público

As questões relativas a estes trabalhadores – técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais – estiveram sempre na primeira linha das nossas preocupações.

Para o efeito, os sindicatos membros da FNE representativos destes trabalhadores, reuniram, umas vezes entre si, outras vezes com outros sindicatos da UGT, para acompanhamento da situação e para definição de intervenções político-sindicais.

Assim, realizaram-se as seguintes reuniões:

10 de janeiro (Porto); 10 de fevereiro (Lisboa), 15 de março (Coimbra), 27 de abril (Lisboa), 28 de junho (Porto).

Por outro lado, não deixámos de manter contactos com a administração, no sentido de se encontrarem soluções para os problemas identificados, como aconteceu na reunião realizada em 25 de janeiro com o SEAE.

1.2. com o Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Camões

As matérias relativas aos docentes do ensino português no estrangeiro foram muito sensíveis ao longo deste período de tempo. Invocando a situação económica e a crise, a verdade é que o investimento nesta oferta educativa foi reduzindo sucessivamente, provocando múltiplas intervenções, particularmente com o Instituto Camões. Nesta área, a ação desenvolvida pelo Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas (SPCL) foi crucial, na defesa intransigente destes docentes.

Nas reuniões realizadas com o MENE e o IC entrevistaram o secretário geral, o vice secretário geral José Ricardo Nunes, Teresa Soares e Paulo Amadeu. Registam-se as seguintes reuniões:

3 de fevereiro - Secretário Estado das Comunidades Lusíadas, sobre o início do procedimento negocial sobre o regulamento que estabelece a avaliação de desempenho docente no EPE

9 de fevereiro - Assinatura de acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões sobre o regulamento de avaliação dos docentes do ensino português no estrangeiro

12 de abril - Reunião sobre o projeto de regulamento interno de avaliação do desempenho dos coordenadores

1.3. com o Ministério das Finanças e da Administração Pública

As nossas atividades, desenvolvidas genericamente no quadro da FESAP, visaram o acompanhamento de todas as negociações relativas a matérias transversais da Administração Pública e tiveram como representantes regulares da FNE a Lucinda Manuela Dâmaso, o Manuel José Frade e a Cristina Ferreira.

Registaram-se as seguintes reuniões:

30 de março - Reunião com SEAP sobre reorganização dos serviços da Administração Pública

14 de julho – reunião com SEAP

18 de agosto – reunião com SEAP para negociação do projeto de proposta de lei que altera o estatuto do pessoal dirigente – recrutamento de cargos de direção superior

25 de agosto – reunião com SEAP

20 de setembro – reunião com SEAP

4 de outubro – reunião com SEAP - processo negocial para 2012

14 de outubro - reunião com SEAP - processo negocial para 2012

20 de outubro - reunião com SEAP - processo negocial para 2012

17 de novembro – reunião com SEAP

6 de dezembro – reunião com SEAP

As atividades da FESAP incluíram reuniões de preparação e coordenação, de que se registam nomeadamente as realizadas em 24 de agosto e 15 de setembro.

A propósito da legislação relativa à utilização dos créditos sindicais, realizaram-se vários contactos quer com a DGAEP, quer com a DGRHE.

1.4. com AEEP, AEESP, ANESPO, UIPSS e UMP

A equipa negociadora da FNE para este setor integrou, ao longo do ano, João Dias da Silva, José Ricardo Nunes, Lucinda Manuela Dâmaso, Manuel José Frade e Cristina Ferreira. No final do ano, a coordenação da negociação neste setor passou a ser assegurada pelo vice-secretário-geral José Ricardo Nunes. Aliás, procedeu-se na altura à unificação numa única mesa de todas as negociações, no sentido de se rentabilizarem as reuniões de preparação e a própria interação entre os diferentes contratos.

1.4.1. Ensino Particular e Cooperativo

A questão mais controversa neste setor constituiu a alteração da legislação relativa ao financiamento dos colégios com contrato de associação.

A FNE interveio neste processo com o objetivo de salvaguardar conjuntamente, quer a sustentabilidade das instituições promotoras de ofertas educativas a este nível, quer níveis elevados de empregabilidade.

Assim, a FNE teve reuniões com a AEEP, com professores do setor e mesmo com o Governo, como aconteceu em 13 de janeiro numa reunião com o secretário de estado do ensino sobre a alteração do diploma que define as regras de financiamento nos contratos de cooperação relativos ao ensino particular.

No âmbito da negociação com a AEEP - Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, tendo por objetivo a obtenção de um novo Contrato Coletivo de Trabalho, foram realizadas várias reuniões ao longo deste ano, nomeadamente: 15 de março, 7 de abril, 25 de maio.

Mas, para além das reuniões com AEEP, houve necessidade de promover reuniões entre os sindicatos constituintes da Frente de Sindicatos da UGT que negocia neste setor, ou da equipa negociadora da FNE. Essas reuniões ocorreram em 24 de fevereiro, 31 de março, 20 de setembro, 28 de setembro, 30 de setembro

Para além das relações com a AEEP, houve a preocupação de manter contactos e relações de partilha de opiniões com outras entidades, como foi o caso da ACPEEPC, com quem se realizaram reuniões em 16 de março, e ainda com MEPEC – Movimento de Escolas Privadas, com quem reunimos em 29 de março.

Ainda a este nível, realizámos em Coimbra, no dia 5 de fevereiro, um seminário sobre o ensino particular.

De modo a preparar a negociação com a AEEP, a FSUGT realizou diversas reuniões.

Ainda no quadro do acompanhamento das questões do ensino particular e cooperativo, promoveram-se diversas iniciativas, de entre as quais se destacam:

3 de janeiro - Reunião com APEPCCA, sobre promulgação pelo PR do diploma do Governo e suas consequências para os professores do Ensino Particular e Cooperativo com Contrato de Associação; Portaria do Diploma e critérios nele contido; Estatuto do Professor do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de Associação: avaliação, progressão, cotas, CCT; paridade dos professores e primeira prioridade nos Concursos públicos; adesão ao Sindicato e outros

22 de fevereiro – reunião com direção da APEPCCA.

1.4.2. Instituições de Solidariedade Social e Misericórdias

Realizaram-se reuniões com a CNIS nos dias 12 de julho e 26 de julho.

Como acontece noutras circunstâncias, os sindicatos da Frente da UGT para estes contratos coletivos de trabalho realizam reuniões de debate, preparação e coordenação da sua intervenção, o que aconteceu nomeadamente em 25 de julho.

Relativamente à União das Misericórdias (UM), foram realizadas diversas reuniões de negociação, nomeadamente no dia 15 de setembro, bem como reuniões de preparação, como aconteceu em 13, 14 e 18 de outubro.

1.4.3. Escolas Profissionais

A FNE tem acompanhado os aspetos relacionados com o ensino profissional, com especial incidência ao nível dos problemas existentes, de modo a possibilitar uma intervenção mais incisiva.

No âmbito da negociação, foram realizadas reuniões com a ANESPO nos dias 25 de janeiro, 9 de fevereiro, 22 de junho, 5 de julho,

Como a FNE se envolve nestes processos no quadro de uma frente que engloba outros sindicatos da UGT, têm de se realizar reuniões de preparação. Deste modo, quer os sindicatos da Frente, quer a Comissão Negocial da FNE, realizaram reuniões de preparação em 2 de fevereiro, 8 de abril, 11 de abril, 3 de maio, 13 de maio e 25 de maio.

1.5. Regiões Autónomas

Acompanhámos e apoiámos as negociações que o SDPAçores, o SDPMadeira e o STAAESul e Regiões Autónomas desenvolveram com os respetivos Governos Regionais.

2. Iniciativas político-sindicais

Para além das reuniões com inúmeras entidades oficiais e particulares que constam deste Relatório, a FNE promoveu no ano de 2011 duas importantes iniciativas político-sindicais, e que foram constituídas por um ciclo de debates sobre a educação e o futuro e a elaboração da sua proposta “Roteiro para a Legislatura 2011-2015”.

2.1. Ciclo de debates sobre a educação e o futuro

15 de janeiro - “As alterações curriculares e as implicações no emprego”, no Porto, com o Professor José Augusto Pacheco

18 de fevereiro – Os concursos de docentes, em Lisboa, com o diretor-geral dos recursos humanos da educação, Mário Pereira

3 de março - “Avaliação de desempenho – avaliar a aplicação para corrigir o modelo”, no Porto, com Maria do Rosário Gama

17 de março – com David Justino, em Lisboa

30 de março – com Ramiro Marques, em Lisboa

13 de abril - “Por um compromisso social pela Educação”, com Joaquim Azevedo, em Coimbra

28 de abril - “O Futuro da Aprendizagem”, com Roberto Carneiro, em Lisboa

2.2. Preparação das eleições legislativas de 5 de junho

O Secretariado Nacional da FNE elaborou um documento proposta que apresentou aos Partidos Políticos antes das eleições legislativas antecipadas de 5 de junho, e que designou por “Roteiro para a Legislatura 2011-2015”.

Além desta iniciativa, a FNE promoveu um seminário de apresentação das propostas de diferentes partidos para a área da educação, e que decorreu em Lisboa no dia 23 de maio.

3. Departamento de Estudos e Pareceres (DEP)

O DEP, criado em 30 de novembro de 2010, ao longo do ano de 2011 recolheu, tratou e sistematizou diversa informação tendo como objectivo proceder ao seu arquivo de modo a possibilitar a sua utilização interna, nomeadamente ao nível da construção de propostas e pareceres.

Assim, de uma forma global, foram arquivados diversos estudos, guias, pareceres e relatórios, num total 52 documentos.

Nesse contexto, após o acesso a um dos documentos, foi elaborada uma ficha de registo contendo um conjunto de informações, tais como:

- Título, autor, instituição/organização, editora, língua, nº de páginas, site, data, conteúdo, análise/comentário e observações, responsável e data de registo.

A referida ficha era enviada ao Secretariado da FNE para posterior distribuição aos dirigentes.

Para além dos documentos acedidos/recolhidos relativos ao ano de 2011, foram arquivados 48 documentos anteriores a 2011, sem elaboração de ficha de registo.

A evolução mensal, em termos de arquivo, foi a seguinte:

Estudos Guias Pareceres Relatórios	2011												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Com Ficha de Registo	10	3	4	8	3	3	2	0	2	7	2	8	52
Sem Ficha de Registo	11	8	15	1	3	4	2	0	2	0	1	1	48
Total	21	11	19	9	6	7	4	0	4	7	3	9	100

Em 31 de dezembro de 2011, o DEP tinha, em arquivo, um total de 132 documentos.

Para além disso, no final de cada mês, foram elaboradas, publicitadas e distribuídas listagens, sistematizando os documentos existentes em arquivo, organizadas relativamente ao “Ano de 2011” e “Até 31 de dezembro de 2010”, contendo a seguinte informação:

- Nº de registo, título, instituição/organização, data de registo, nº de páginas, língua, e observações.

Ao longo do ano, o DEP disponibilizou a informação que possuía, sempre que a mesma era solicitada.

Em fevereiro de 2011, o DEP esteve envolvido na construção do questionário, tratamento dos dados e apresentação estatística da informação recolhida no âmbito do estudo “Lançamento do Ano lectivo 2011/2012 - Comparação com 2010/2011”, tendo como objectivo fundamentar a ação reivindicativa da FNE relativamente ao lançamento dos concursos 2011/2012.

4. Relações institucionais nacionais e internacionais - 2011

4.1. UGT e FESAP

Participámos, de modo ativo, na constituição de decisões e propostas da Central, assim como nas reuniões dos órgãos nos quais temos assento.

Regista-se ainda a manifestação do 1º de maio, em Lisboa, na qual a FNE esteve presente com uma representação de algumas centenas de manifestantes.

A nível distrital, a FNE participou com os seus representantes nas reuniões dos Órgãos das Uniões.

4.1.1. Reuniões de órgãos estatutários e outras iniciativas

Participámos ainda nas seguintes reuniões, a nível central:

- Conselho Geral

- 26 de janeiro, 7 de julho, 27 de outubro, 14 de dezembro

- Plenário de Sindicatos

- 18 de outubro

- Secretariado Nacional

- 25 de janeiro; 24 de fevereiro, 17 de março, 21 de abril, 12 de maio, 16 de junho, 7 de julho, 1 de setembro, 29 de setembro, 19 de outubro, 16 de novembro, 14 de dezembro
- Comissão Executiva alargada
 - 10 de março, 20 de abril, 13 de outubro, 26 de outubro, 15 de novembro
- Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Negociação Coletiva da UGT
 - 28 de janeiro; 25 de fevereiro; 25 de março; 29 de abril, 8 de julho, 4 de novembro, 16 de dezembro
- Comissão de Mulheres
 - 30 de setembro
- Comissão de Juventude
 - 7 de junho, 6 de julho, 3 de outubro
- Seminários
- Grupo de Trabalho de preparação do 1º de maio
 - 24 de março
- Associação Agostinho Roseta
 - 12 de abril, 16 de junho,
- União Geral de Consumidores
 - 29 de abril

Com organização da UGT, estivemos também presentes no Seminário das Uniões UGT – “Diálogo Social nas Regiões – Promover a participação e a formação”, em Peniche, nos dias 5 a 7 de maio; nos dias 17 e 18 de junho no seminário “Negociação Coletiva – Que Futuro?”, em Peniche. Em 27 e 28 de outubro, a UGT realizou uma importante conferência internacional sobre a crise e o seu impacto social. Todos os sindicatos da FNE participaram nesta iniciativa, que acabou por constituir uma oportunidade para valorizar a importância de uma preparação ativa da greve geral de 24 de novembro.

Em 12 e 13 de dezembro, estivemos presentes na reunião das Uniões com o secretariado executivo da UGT, em Lisboa.

A FNE promoveu várias reuniões com os restantes sindicatos da UGT da área da educação, nomeadamente em 6 de abril, 15 de abril, 3 de maio (a que se seguiu uma conferência de imprensa), 9 de junho, 6 de julho, 12 de julho.

Em 14 de abril e 18 de abril, participámos em reuniões com vista à preparação do ACEEP do Município de Loures

4.1.2. Conselho Económico e Social (CES)

O secretário-geral da FNE integrou em 2011 a representação da UGT no Conselho Económico e Social, e neste âmbito na Comissão Especializada de Política Económica e Social.

As reuniões registadas foram as seguintes:

CEPES – 24 de fevereiro – apreciação da Conta Geral do Estado de 2009

CES - 4 de março – plenário

CEPES - 2 de novembro - Grandes Opções do Plano e Orçamento do Estado 2012

CES – 8 de novembro – Grandes Opções do Plano e Orçamento de Estado 2012

Em 25 e 26 de março, estivemos presentes na Conferência Internacional do CES sobre “Políticas-chave para ultrapassar a crise”

1 de abril - Seminário do CES sobre “O futuro dos serviços sociais de interesse geral e os desafios nas convenções coletivas na União Europeia”.

4.1.3. Reuniões com Entidades

O secretário geral da FNE integrou várias delegações da UGT para encontros de trabalho com diversas Entidades, nomeadamente

- Com o Primeiro Ministro – 3 de fevereiro

- Com o Presidente da República – 3 de fevereiro

- Com o Primeiro Ministro – 13 de julho

- com o Presidente da República – 2 de novembro

4.1.4. Reuniões de coordenação entre sindicatos da UGT da área da educação

Realizámos ao longo do ano algumas reuniões que envolveram outros sindicatos da UGT da área da educação, no sentido da harmonização de posições em relação a matérias negociais com diferentes Ministérios e Entidades.

4.2. Órgãos de Soberania e Partidos Políticos

Mantivemos um relacionamento próximo com os Partidos Políticos e com as atividades da Assembleia da República, no que dizia respeito a iniciativas relacionadas com a Educação. Relevam-se as seguintes ações:

- 20 de janeiro – reuniões com CDS-PP e com PSD
- 9 de março - receção de início de mandato do Presidente da República
- 14 de março - conferência da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência “Transferência de competências para os Municípios em Matéria de Educação”, Lisboa
- 20 de março - sessão de encerramento do 24º Congresso do CDS/PP, Viseu
- 30 de março - audição Parlamentar sobre a Avaliação de Docente (Grupo Parlamentar do PSD)
- 5 de abril - conferência parlamentar sobre Educação Especial
- 10 de abril - Sessão de Encerramento do Congresso do PS, Matosinhos
- 14 de abril – reunião com Bloco de Esquerda
- 20 de abril – reunião com MEP
- 25 de abril - cerimónia Comemorativa do 25 de Abril – Palácio de Belém
- 28 de abril – reunião com Partido Ecologista “Os Verdes”
- 5 de maio – reunião com CDS-PP
- 9 de maio – reunião com PSD
- 11 de maio – reunião com PCP
- 18 de julho – reunião com o Bloco de Esquerda
- 31 de outubro – reunião com o Partido Socialista
- 8 de novembro - audição Pública do Bloco de Esquerda sobre orçamento do estado para a educação e ciência

4.3. Conselho Nacional de Educação

Participámos ativamente nas atividades desenvolvidas pelo CNE, quer ao nível do Plenário, quer ao nível das comissões especializadas, através da representante da FNE neste órgão, Maria Arminda Bragança.:

- 6 de janeiro - Grupo de relatores do parecer sobre Manuais Educativos
- 27 de janeiro – Grupo de relatores do parecer sobre Manuais Educativos
- 2 de fevereiro – Grupo de relatores do parecer sobre Manuais Educativos
- 8 de fevereiro – 4ª comissão especializada
- 14 de fevereiro – 3ª comissão especializada
- 18 de fevereiro – 2ª comissão especializada
- 25 de fevereiro – 3ª comissão especializada
- 3 de março – 3ª comissão especializada
- 10 de março – 1ª comissão especializada
- 14 de março – Grupo de Relatores do Parecer sobre os Manuais educativos
- 29 de março – reunião do plenário
- 4 e 5 de julho – 3ª comissão especializada
- 11 de julho – 2ª comissão especializada
- 12 de julho – 4ª comissão especializada
- 19 de julho – 1ª comissão especializada
- 13 de setembro – reunião do plenário
- 2 de novembro – 1ª comissão especializada
- 10 de novembro – 4ª e 5ª comissões especializadas
- 25 de novembro – 4ª comissão especializada
- 7 de dezembro – reunião do plenário
- 13 de dezembro – 2ª comissão especializada

A atividade regular das comissões do CNE compreendeu o acompanhamento de diferentes temáticas, tais como: Estado da Educação 2011, cooperação no domínio da educação formação, a educação dos 0 aos 12 anos, alargamento da escolaridade obrigatória, ordenamento da rede educativa, conteúdos e metas de aprendizagem, manuais escolares e outros recursos educativos, avaliação das escolas, reforma do ensino superior (acesso de novos públicos, reordenamento da rede e aplicação do RJIES), educação para o desenvolvimento sustentável, educação para o risco e para a cidadania, educação e redes sociais de comunicação, sinalização de boas práticas em todos os níveis de ensino.

Esse acompanhamento traduziu-se num trabalho ativo de organização de audições, seminários e debates em torno das matérias enunciadas e que apoiaram, em muitos casos, a elaboração dos pareceres e recomendações emitidos.

Das audições efetuadas, mencionam-se as produzidas no âmbito da 3ª Comissão Especializada Permanente sobre o novo modelo de governança instituído pelo RJIES, com Reitores e Presidentes; Provedores dos Estudantes; representantes dos Professores e Investigadores (eleitos pelos Conselhos Gerais); representantes dos Estudantes (eleitos pelos Conselhos Gerais) das Universidades e Institutos Politécnicos e as realizadas, no seio da 1.ª Comissão, sobre financiamento das escolas e da 5ª Comissão sobre educação para o risco, com a presença de vários especialistas das áreas tratadas.

Em 2011, o Plenário aprovou nove pareceres e recomendações, sendo sete deles da iniciativa do CNE e os restantes responderam a solicitações da Assembleia da República ou do Governo.

Recomendação sobre “Educação dos 0 aos 3 anos”: A recomendação, de que foi relatora a conselheira Teresa Vasconcelos, foi aprovada na reunião plenária de 29 de março de 2011,

Parecer sobre Manuais Escolares: O Parecer, elaborado pelas conselheiras Maria Arminda Bragança, Maria Emília Brederode Santos e pelo conselheiro Paulo Sucena, foi aprovado na reunião plenária de 29 de março de 2011.

Parecer sobre “Financiamento do Ensino Particular e Cooperativo através de Contratos de Associação”: O projeto de recomendação foi elaborado pela conselheira Rosália Vargas e pelo conselheiro Arsélio Pato de Carvalho e aprovado em reunião plenária de 13 de setembro de 2011.

Recomendação sobre “Educação para a Literacia Mediática”: O projeto de recomendação foi elaborado pelo conselheiro Jorge Marques da Silva e pela conselheira Maria Emília Brederode Santos e foi aprovado na reunião plenária de 7 de dezembro de 2011.

Recomendação sobre “Educação para a Cidadania”: O projeto de recomendação foi elaborado pelo conselheiro Almerindo Janela Afonso e aprovado na sessão plenária de 7 de dezembro de 2011.

Recomendação sobre o “Estado da Educação 2011”: A recomendação, produzida pelos membros da comissão coordenadora, foi aprovada na reunião plenária de 13 de setembro de 2011.

4.4. Conselho Consultivo do Instituto Camões

Participámos na única reunião que ocorreu ao longo do ano de 2011 do Conselho Consultivo do Instituto Camões, através de João Cachado.

4.5. AFIET

Foi garantida a participação regular da FNE nos órgãos sociais desta entidade, proprietária do ISET, nomeadamente nas assembleias gerais de 28 de março e a de 30 de novembro.

No dia 11 de julho, os presidentes dos sindicatos da FNE reuniram com a direção da AFIET, para análise da situação interna e futuro da instituição.

4.6. Representação em atividades dos membros da FNE

22 de janeiro – Congresso do SDPGL - Lisboa

31 de janeiro – 25º aniversário do SDPSul - Évora

16 de setembro - VII Congresso do STAAE-SRA “Austeridade Alavanca da Qualidade” – Lisboa

18 de novembro - SDPMadeira – Conferência “Que valores, que políticas de educação para a região no contexto nacional/europa?” – Funchal

17 de dezembro – STAAESul e Regiões Autónomas - Dia Nacional dos Trabalhadores de Ápio Educativo - Mafra

4.7. Outros parceiros nacionais

Procuramos preservar e reforçar as nossas relações com outros parceiros da área da educação, particularmente a CONFAP, a CNIPE, a ANMP, a ANDAEP, a AND, o FLE, a ABIC, a APROTED.

No dia 5 de dezembro, realizou-se uma reunião entre representantes das direções da FNE e da CONFAP.

Para além desta reunião, registam-se particularmente as seguintes presenças:

15 de janeiro – Participação no Encontro Nacional da APEVT, em Aveiro

21 de março - Cerimónia Comemorativa dos 100 anos da Universidade de Lisboa

6 de janeiro - Encontro FLE – Reformas Educativas de Sucesso – Avaliação: como medir o valor acrescentado de escolas e professores? - Lisboa

9 de fevereiro - Ciclo de Conferências “Escolha da Escola” – Didáxis – Cooperativa de Ensino CRL, Famalicão

11 de fevereiro - Conferência do SPGL sobre “O que mudar na escola Pública”, Lisboa

14 de fevereiro – Encontro FLE – Lisboa

4 de março - Seminário do CNE sobre “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, Lisboa

7 de março - Sessão de apresentação dos resultados do estudo sobre a implementação do DL 3/2008, Lisboa

28 de março - Conferência do GEPE sobre “Evolução da Qualidade e da Equidade no Sistema Educativo Nacional (Pisa 2000-2009) – Auditório II da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

2 de abril - Cerimónia de entrega dos prémios relativos à 3ª edição do Prémio Dignitas - Associação Portuguesa de Deficientes e MSD

14 de abril - Seminário das AEC's: Resposta Social ou função educativa! Questões e perspetivas ... Coimbra

30 de abril - XXXVI Encontro Nacional das Associações de Pais “O estado da educação: Ousar ... Pela Diferença” – Pavilhão dos Bombeiros de Vila das Aves – Artur Silva

4 de maio - Sessão Solene das comemorações do Dia da Latinidade, Lisboa

4 de maio - Tomada de posse dos Corpos Sociais do Sindicato dos Bancários do Centro, Coimbra

10 de maio - Seminário do CNE sobre “Participação dos Pais na Escola”

10 de maio - Reunião com GAVE – entrevista sobre o relatório Pisa

14 de maio - SOS Movimento Educação - Seminário “Educação, uma questão de compromisso”, Coimbra

20 de maio - II Encontro do Presidentes dos Conselhos Gerais de Vila Nova de Gaia

25 de maio - Conferência promovida pela Plataforma Construir Ideias “Novas perspetivas de regulamentação da Educação”, em Coimbra

27 de maio - Conferência Internacional “Jovens, Direitos e Saúde Sexual e reprodutiva” – instalações do IPJ (Parque das Nações), em Lisboa

11 de setembro - Comemorações do dia nacional do bombeiro profissional - Associação nacional de bombeiros profissionais – Loulé

22 de setembro - Reunião com a Comissão Permanente de Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Ciência e Tecnologia da Assembleia Metropolitana de Lisboa – Palácio Valenças – Sintra

24 e 25 de outubro - Conferência do CNE “Competências novas para profissões novas - Novos desafios para a formação vocacional no século XXI” – Lisboa

26 de outubro - Sessão de abertura do ano letivo do Instituto Politécnico de Tomar

29 de outubro – Aniversário do ISMAI e conferência sobre a Liberdade de Ensino – Maia

4 de novembro - Seminário “Educação “Portugal com Futuro” – Bragança

10 de novembro - Encontros FLE “Liberdade de escolha e as Escolas com Contrato na Suécia: como, porquê e com que consequências” – Fundação Calouste Gulbenkian

26 de novembro - II Fórum Internacional sobre Deficiência Social – Vila Nova de Famalicão

28 de novembro - Seminário do CNE “Rede de Ensino Superior em Portugal: Políticas e Práticas de Associação de Instituições” – Lisboa

3 de dezembro - Seminário sobre “Educação – que futuro?”, organizado pela UGT Portalegre – Portalegre

- 3 de dezembro - VII Congresso Nacional da SPEM – Auditório da Faculdade de Farmácia da Univ. Lisboa – Lisboa
13 de dezembro - Conferência do ISCTE-IUL “Vias para a revitalização do Sindicalismo – a utilização das TIC pelos sindicatos portugueses”, em Lisboa
15 de dezembro - Colóquio do ACA-M – “Rua Seguras: Educação para a Cidadania Rodoviária e Mobilidade sustentável” – Lisboa
16 de dezembro - II Encontro de Trabalho da Associação para o Planeamento da Família (Rua Eça Queirós, 13-1º) – Lisboa
16 de dezembro - Cerimónia de Tomada de Posse do reitor da Universidade Aberta – Oeiras

4.8. Relações internacionais

4.8.1. Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE)

- 18 de janeiro – reunião plenária do Comité da Educação e Formação do Diálogo Social Europeu, em Bruxelas, com João Dias da Silva
28 de fevereiro e 1 de março – reuniões no âmbito do Comité Sindical Europeu da Educação, em Bruxelas, com Maria Arminda Bragança
20 de março – sessão de trabalho do Grupo de Trabalho da Qualidade na Educação do Comité de Educação e Formação do Diálogo Social Europeu, em Bruxelas, com Maria Arminda Bragança
23 a 25 de maio - Reunião do grupo de Trabalho sobre as estruturas da IE-Europa – Bruxelas, com Maria Arminda Bragança
13 e 14 de junho - Reunião Regional do projeto do CSEE sobre Violência – Roma, com Maria Arminda Bragança
12 e 13 de setembro - Comité permanente sobre de o ensino superior e a investigação – CSEE – Varsóvia – com José Matos de Carvalho
20 de setembro - Reunião do 1º Grupo de Trabalho do Comité de Educação e Formação do Diálogo Social Europeu – Bruxelas, com Maria Arminda Bragança
10 e 11 de outubro – reunião do Comité do CSEE – Bruxelas, com Maria Arminda Bragança
25 de outubro – reunião do plenário do comité sectorial de educação e formação do comité do Diálogo Social Europeu – Bruxelas, com João Dias da Silva
27 de outubro - Conferência final do projeto sobre a violência (CSEE) – Varsóvia, com Maria Arminda Bragança
17 e 18 de novembro - Conferência final do CSEE sobre o stress no Trabalho – Berlim, com Maria Arminda Bragança
5 de dezembro - Primeira reunião de grupo consultivo do projeto do CSEE “A utilização das TIC para na promoção do sucesso escolar” – Bruxelas, com Maria Arminda Bragança

4.8.2. Outras atividades

- A convite da OCDE, a FNE esteve presente numa reunião com os peritos da OCDE sobre o projeto “Review on Evaluation and Assessment Frameworks for Improving School Outcomes”, no dia 24 de fevereiro, em Lisboa – Gabriel Constantino
16 a 24 de janeiro – Primeira Conferência Mundial da IE sobre a Mulher, em Banguedoque, com Lucinda Manuela Dâmaso e Maria Arminda Bragança
7 e 8 de março - Comité Permanente de Investigação e Ensino Superior da IE – Copenhaga – com João Dias da Silva e José Manuel Azevedo
29 a 31 de março - Seminário do ETUI-CSEE sobre “A Educação e a formação profissional na aprendizagem ao longo da vida – o papel dos Sindicatos” – Vilnius – Lituânia – Paulo Pereira
5 e 6 de abril - Reunião da TUAC do grupo de Trabalho para a política da educação, formação e emprego – Paris – Jaime Freitas
9 de abril - Manifestação da Confederação Europeia de Sindicatos – Budapeste – Lucinda Manuela Dâmaso, Fátima Carvalho
15 a 19 de maio – Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos – Atenas – José Ricardo Nunes e Lucinda Manuela Dâmaso
21 de junho – Manifestação da Confederação Europeia de Sindicatos, no Luxemburgo, com Lucinda Manuela Dâmaso

17 de setembro – Manifestação da Confederação Europeia de Sindicatos – Cracóvia, com Lucinda Manuela Dâmaso

25 a 28 de setembro - Visita de Estudo da Associação Internacional dos Transportes Escolares – Lausana – Suíça, com Alexandre Dias

20 a 22 de outubro – Conselho Sindical da CONTEE – S. Paulo (Brasil), com João Dias da Silva

21 e 22 de outubro - Marcha contra os cortes e em defesa de uma escola pública - FETE-UGT – Madrid – com Paulo Pereira e Alexandre Dias

9 a 12 de novembro - Conferência “Educação de qualidade para emprego de qualidade” – Polónia, com Paulo Pereira

22 e 23 de novembro - Reunião do Comité Consultivo Sindical de Educação e Formação da OCDE – Paris, com Artur Silva

29 e 30 de novembro - “Escola Sindical” da FETE – UGT – “A crise e o impacto na escola pública” – Zaragoza

16 de dezembro - Encontro de trabalho com o presidente do Sindicato de Professores de S.Tomé e Príncipe – Lisboa

Uma delegação da FNE – constituída por João Dias da Silva, José Ricardo Nunes, Josefa Lopes, Jaime Freitas, Sofia Ribeiro, Maria Arminda Bragança e Maria José Rangel - esteve presente no 6º Congresso Mundial da Internacional da Educação, na cidade do Cabo, entre 19 e 26 de julho.

Realizou-se em Madrid, no dia 15 de fevereiro, um encontro entre delegações de dirigentes de ambas as organizações, no sentido de se estabelecer um balanço das políticas educativas nos dois países, com incidência particular sobre o impacto da crise na área da educação.

De 28 a 31 de julho, a FNE esteve presente com Maria Arminda Bragança no congresso da Organização Nacional de Professores, de Moçambique, em Nampula.

5. Ação Social

O departamento de ação social desenvolveu um conjunto significativo de atividades ao longo do ano, tendo para o efeito sido realizadas várias reuniões de coordenação entre representantes dos sindicatos membros, como foi o caso em 24 de fevereiro, 1 de março, 14 de março, 30 de março, 28 de abril, 8 de junho, 12 de outubro.

No âmbito deste departamento, um dos vetores de grande preocupação foi a determinação de um seguro de saúde que se revelasse adaptado às necessidades dos sócios dos sindicatos da FNE. A nossa opção centrou-se na oferta de um seguro de saúde inscrito na MGEN.

Deste modo, realizaram-se várias reuniões formais e informais com esta entidade, destacando-se as reuniões de 20 de janeiro, 1 de junho, 5 de julho. A assinatura formal de um acordo específico de adesão de sócios dos sindicatos da FNE a esta modalidade de seguro de saúde ocorreu em 13 de julho. No dia 21 de julho, de correu em Lisboa, no auditório do Montepio Geral, uma sessão de divulgação das condições do acesso ao seguro MGEN.

Por outro lado, e na sequência do acordo celebrado com o Montepio Geral com vista ao estabelecimento de um Fundo Coletivo para complemento de aposentações, foram realizados vários contactos com aquela entidade, nomeadamente em 10 de fevereiro,

Também o protocolo estabelecido com a CGD e que permitiu o lançamento dos cartões ITIC FNE e CLASSIC FNE motivou várias reuniões ao longo do ano, com vista à sua adequação às solicitações que nos têm sido apresentadas. Foi assim que se realizaram reuniões nos dias 16 de fevereiro, 28 de abril, 29 de setembro

Para além deste setor, procurou-se intensificar as relações com instituições de ensino superior. Neste quadro, foi celebrado um protocolo de cooperação com a Universidade Fernando Pessoa (4 de fevereiro).

6. Informação e Imagem

Este departamento procurou garantir, quer lógicas intensivas de partilha de informação interna, quer ações de disponibilização de informação, para os sócios dos sindicatos da FNE, para a Comunicação Social e para o público em geral.

O Departamento realizou várias reuniões, para além do trabalho permanente de consulta mútua e de transmissão de informação. As reuniões do departamento ocorreram nos dias 20 de janeiro, 24 de janeiro, 18 de abril, 12 de maio, 16 de maio, 6 de junho, 11 de julho e 26 de setembro.

No âmbito deste departamento, iniciou-se a preparação de uma ação de formação sobre informação e comunicação, para vir a ser desenvolvida a partir de 2012. A reunião de lançamento deste trabalho ocorreu a 7 de dezembro.

No departamento de Informação e Imagem da FNE, foram ainda desenvolvidas diferentes tarefas, que destacamos por áreas de intervenção:

1 - Assessoria de imprensa:

- Monitorização diária da Imprensa e de órgãos institucionais ligados à Educação;
- Elaboração e divulgação do clipping;
- Acompanhamento de reuniões do Secretariado Nacional;
- Acompanhamento de reuniões da Comissão Permanente;
- Acompanhamento de reuniões da FNE no MEC;
- Contactos formais e informais com os jornalistas;
- Produção de conteúdos para o site da FNE;
- Recolha e produção de conteúdos para o jornal da FNE;
- Produção de comunicados;
- Produção de Notas de Agenda;
- Produção de Press Releases;
- Produção de conteúdos para vídeos;
- Realização de entrevistas;
- Apoio à elaboração de documentos de outros departamentos.

De onde destacamos a realização, no dia 1 de março, de uma conferência de imprensa e da publicação dos números do “Jornal da Federação” de fevereiro, maio, setembro e novembro.

As relações com os Órgãos de Comunicação Social foram asseguradas pela difusão frequente de comunicados de imprensa, através dos quais se veicularam as posições que defendemos e se anunciaram as atividades que realizamos.

A preocupação de difusão dos comunicados da FNE e de outra informação pertinente, com o máximo de rapidez possível, foi garantida pelo estabelecimento de duas bases de dados, uma constituída pelos endereços eletrónicos de todas as escolas, e outra constituída pelos endereços eletrónicos dos sócios que os Sindicatos disponibilizaram.

2 - Assessoria jurídica

- Foi garantida a disponibilização de um "Boletim Jurídico", o qual constituiu uma síntese informativa sobre legislação ou normativos publicados. Foram enviados 25 boletins ao longo do ano de 2011.
- Foram também elaborados documentos de suporte e análise jurídica relativos às negociações com o MEC.

3 - Assessoria de novas tecnologias

A comunicação e informação com recurso às novas tecnologias tem vindo a ser uma aposta cada vez maior, revelando-se eficaz e com baixos custos.

A FNE, através desta área de intervenção, manteve o seu sítio na Internet atualizado de forma permanente, associado à utilização de redes sociais, particularmente o Facebook, o Twitter e o YouTube.

Destacamos a publicação de 958 artigos no site www.fne.pt, a produção de 139 vídeos e o envio de 82 newsletters.

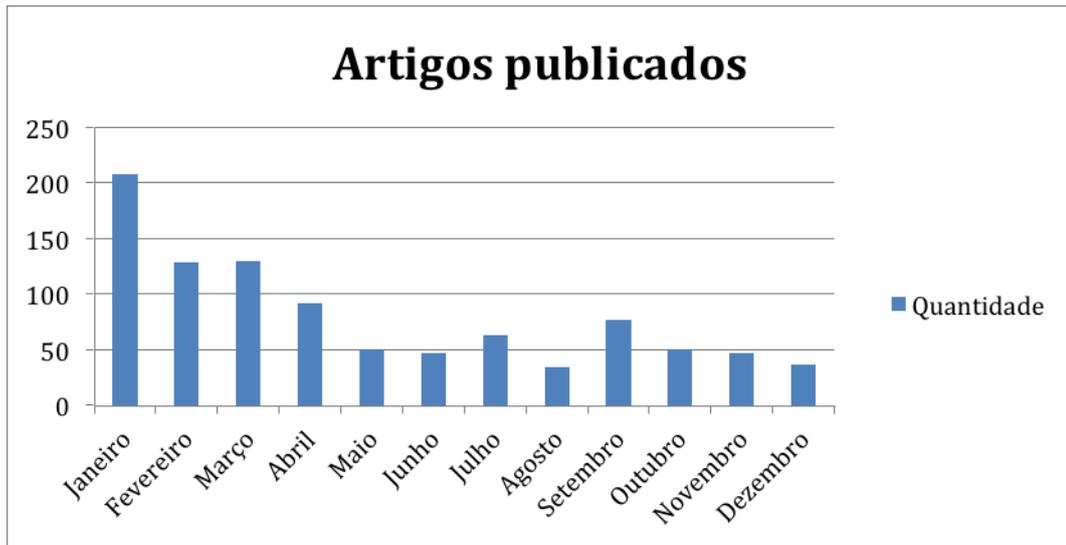


Fig.1 – Publicação de artigos em www.fne.pt

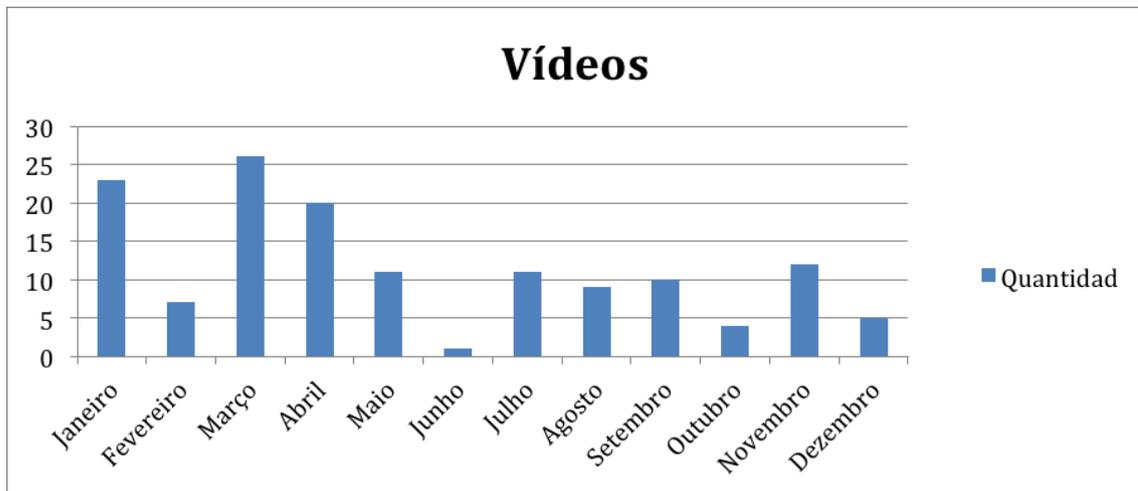


Fig.2 – Produção de vídeos



Fig.3 – Envio de newsletters

A rede social facebook (existente desde maio de 2011) tinha no final de 2011, 626 subscritores, 38159 visualizações e 110 opiniões sobre os artigos publicados.

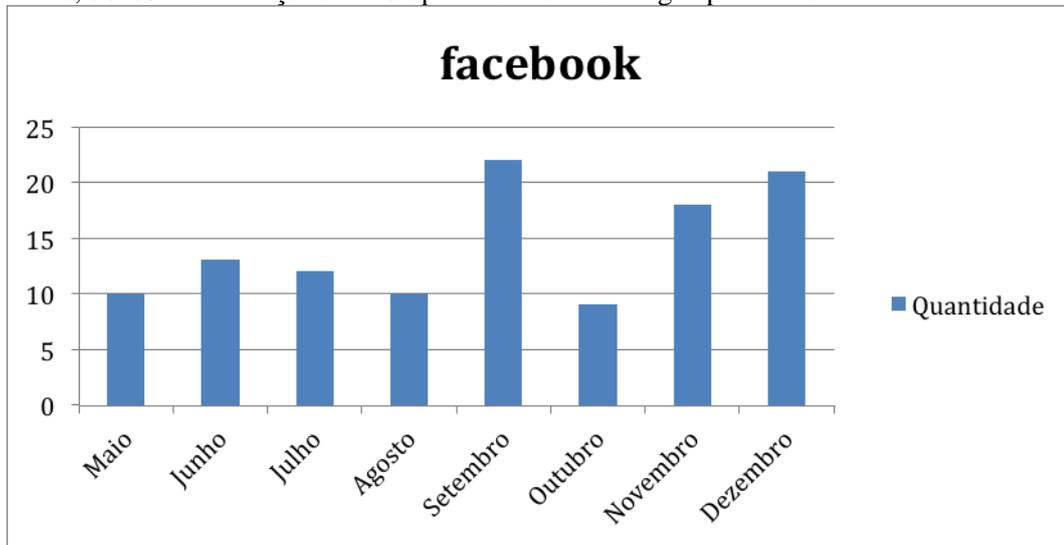


Fig.4 – Artigos publicados no facebook

O canal da FNE no youtube, teve 2617 visualizações dos vídeos publicados e 3606 do canal.

A página na rede social twitter tem valores de visualizações idênticos aos do facebook, contudo tem apenas 20 seguidores.

Através do portal da fne foram ainda recebidos durante o ano 2011, 41 pedidos de sindicalização online.

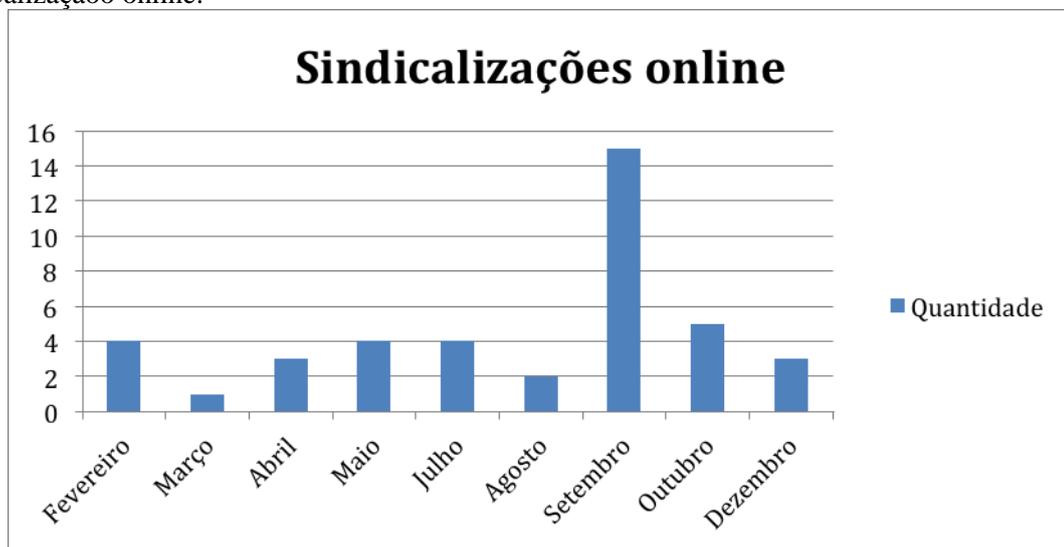


Fig.5 – Pedidos de sindicalização online

Ainda no âmbito das competências deste departamento, foram produzidos diversos materiais de suporte à dinamização e ação sindical, dos quais destacamos:

- Cartaz da campanha Indignação;
- Cartazes dos seminários FNE, realizados ao longo de 2011;
- Brochura Roteiro para a legislatura;
- Jornais Notícias da Federação;
- Folhas informativas;
- Certificados;
- Acrílico FNE;
- Cartões pessoais.

7. Organização interna

Ao longo do ano, os órgãos estatutários tiveram as seguintes reuniões

Conselho geral: 22 de janeiro; 26 de março;

Secretariado Nacional: 1 de fevereiro; 17 de março; 12 de abril; 30 de junho; 31 de agosto; 9 de novembro;

Comissão permanente: 4 e 11 de janeiro; 23 de fevereiro; 9 e 22 de março; 5 e 13 de abril; 10 de maio; 6, 19 e 29 de julho; 18 e 29 de agosto; 7, 14 e 21 de setembro; 12 e 19 de outubro; 3, 23 e 30 de novembro; 21 de dezembro

Comissão Disciplinar e Fiscalizador de Contas: 6 de janeiro; 24 de março;

Entre 21 e 24 de março, realizou-se uma jornada de trabalho da comissão permanente alargada da FNE, no Funchal, integrando um seminário, visitas a escolas e reunião da comissão permanente, bem como contactos com responsáveis pela secretaria regional de educação da Região.

Porto, 28 de março de 2012

O Secretariado Nacional